



**INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
Minas Gerais

PLANO DE CRIAÇÃO DE CURSO
CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM DEFESA CIVIL

Santa Luzia, 05 de agosto de 2025

Equipe Gestora:

Reitor:	Rafael Bastos Teixeira
Pró-Reitor(a) de Ensino:	Mário Luiz Viana Alvarenga
Diretor(a) Geral:	Wemerton Luis Evangelista
Diretor(a) de Ensino:	Ligiane Rios Gouvea

Comissão Elaboradora:

Marco Túlio Domingues Costa (presidente do GCC)

Lara Fernanda Nunes Dourado

Leonardo Ribeiro Gomes

Neimar Freitas Duarte

Simone Parrela Tostes

Denominação do Curso	Curso Técnico em Defesa Civil
Forma de oferta	Subsequente
Certificação intermediária	Não
Eixo Tecnológico	Segurança
Título Conferido	Técnico em Defesa Civil
Modalidade de Ensino	EAD
Regime de Matrícula	Anual
Tempo de Integralização	Mínimo: 1,5 anos Máximo: 3 anos
Carga Horária Total Obrigatória	840 horas
Vagas Ofertadas Anualmente:	60
Nº de turmas ingressantes:	1
Turno de Funcionamento	Integral
Formas de Ingresso	Processo Seletivo e transferências
Endereço de funcionamento do Curso	Rua Érico Veríssimo, 317, Londrina, Santa Luzia – MG

1. Justificativa e objetivos do curso

As transformações contínuas nas dinâmicas sociais e políticas, aliadas ao acelerado avanço tecnológico, têm promovido alterações significativas na morfologia urbana e nos padrões de uso dos recursos naturais. Esses processos impactam diretamente o equilíbrio dos sistemas ambientais, contribuindo para mudanças no regime climático e aumentando a vulnerabilidade a eventos extremos e desastres naturais.

Deslizamentos de terra e inundações são fenômenos naturais que fazem parte da dinâmica geológica e climática do planeta. Contudo, sua ocorrência em áreas urbanas vulneráveis, associada ao crescimento desordenado e à ocupação inadequada do solo, potencializa seus impactos. A intensificação desses eventos, frequentemente relacionada a ações antrópicas como desmatamento, impermeabilização do solo e descarte inadequado de resíduos, evidencia a necessidade de estratégias eficazes de planejamento urbano e gestão de riscos ambientais.

Os desastres ambientais vêm se intensificando globalmente desde a segunda metade do século XX. No Brasil, o Atlas Digital de Desastres, plataforma oficial desenvolvida pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, realiza o monitoramento sistemático desses eventos desde 1991. De acordo com os dados disponíveis até o ano de 2024, observa-se uma predominância do grupo dos desastres climatológicos, correspondentes a 49,33% do total. Em seguida, destacam-se os desastres hidrológicos, com 38,47%, e os meteorológicos, com 9,43%. Quanto aos tipos específicos de desastres que mais impactaram o país no período, predominam a estiagem e a seca (44,47%), seguidas por enxurradas (13,49%), chuvas intensas (11,1%), inundações (8,74%), vendavais e ciclones (6,26%), entre outros.

Em Minas Gerais, os dados do Atlas Digital de Desastres indicam que, no período de 1991 a 2024, o grupo de desastres hidrológicos foi o mais frequente, representando 48,91% do total de ocorrências, com 4.483 registros. Em seguida, destacam-se os desastres climatológicos, que corresponderam a 42,13% dos casos, totalizando 3.862 registros, enquanto os desastres meteorológicos somaram 601 ocorrências, equivalentes a 6,56% do total. No que se refere aos tipos específicos de desastres que mais impactaram o estado nesse intervalo de tempo, predominam a estiagem e a seca, responsáveis por 40,18% dos registros. Na sequência, observam-se ocorrências associadas a chuvas intensas (18,02%), enxurradas (12,98%) e inundações (11,83%), além de outros eventos de menor expressividade.

O estado de Minas Gerais possui uma das maiores extensões territoriais do Brasil e o maior número de municípios, com significativa variação em seus aspectos topográficos, climáticos e hidrológicos. Essa heterogeneidade ambiental contribui para a ocorrência de diferentes tipos de desastres naturais, como deslizamentos de terra, enchentes, inundações, secas e estiagens. Regiões de relevo acidentado e ocupação urbana desordenada, como a Zona da Mata e a Região Metropolitana de Belo Horizonte, estão mais suscetíveis a escorregamentos e enxurradas, enquanto áreas do norte e noroeste do estado, com clima semiárido, apresentam maior vulnerabilidade a eventos de seca prolongada. Assim, a combinação entre fatores naturais e antrópicos torna Minas Gerais um território propenso a múltiplos tipos de desastres, exigindo estratégias diferenciadas de prevenção, mitigação e resposta.

As estratégias preventivas adotadas pela Defesa Civil baseiam-se no aprofundamento do conhecimento sobre o território e suas vulnerabilidades. Nesse sentido, o mapeamento de áreas de risco constitui uma ferramenta essencial, permitindo identificar a suscetibilidade à ocorrência de eventos adversos. Esses dados orientam o planejamento urbano e subsidiam a formulação de políticas públicas mais eficazes para a ocupação segura do espaço urbano.

Paralelamente, a educação comunitária, por meio de campanhas de conscientização e treinamentos voltados à população, representa uma medida complementar à prevenção, ao estimular a cultura da autoproteção e o fortalecimento da resiliência local. Tais ações são fundamentais para preparar a sociedade para reconhecer riscos e adotar comportamentos seguros em situações de emergência.

Além disso, a integração entre órgãos públicos, comunidades e instituições de ensino e pesquisa é decisiva para a efetividade das ações preventivas. A elaboração de planos de contingência e a capacitação contínua das equipes técnicas favorecem respostas mais rápidas e eficazes diante de situações críticas. Mais do que isso, tais medidas contribuem para a redução da frequência e da gravidade dos desastres, ao consolidar uma gestão de risco articulada, técnica e territorialmente embasada.

Com o objetivo de capacitar profissionais graduados de diversas áreas do conhecimento, o Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Santa Luzia iniciou, no segundo semestre de 2023, a oferta do curso de Especialização em Proteção e Defesa Civil, com carga horária total de 400 horas e oferta de 60 vagas por turma em sua primeira edição, sendo 30 vagas destinadas a processo seletivo interno do CBMMG, e 30 destinadas a processo seletivo aberto do IFMG campus Santa Luzia. O curso foi desenvolvido com o apoio institucional do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), buscando promover a integração entre os saberes técnico-operacionais e científicos.

A proposta pedagógica visa à formação de profissionais qualificados para atuar na área de Proteção e Defesa Civil, bem como ao aperfeiçoamento e à atualização de profissionais já inseridos nesse campo. Cabe ressaltar a grande procura do curso, que teve uma relação de 16 candidatos por vaga no processo seletivo do IFMG, atraindo candidatos de todas as regiões do país e também do exterior. Foram abertas 120 vagas na segunda edição do curso, das quais 30 foram destinadas ao processo interno do CBMMG, e 90 destinadas ao processo seletivo aberto do IFMG campus Santa Luzia.

Ao fomentar o diálogo entre teoria e prática, o curso contribuiu significativamente para a consolidação e o fortalecimento do campo multiprofissional da Proteção e Defesa Civil, aspecto essencial diante dos desafios contemporâneos relacionados à gestão de riscos e desastres.

A iniciativa despertou o interesse de diversos entes públicos municipais, especialmente das coordenações locais de Defesa Civil, ao evidenciar a carência de formação técnica específica para os profissionais que atuam diretamente nas ações de prevenção, monitoramento e resposta a desastres. Tal demanda impulsionou a proposta de criação de um curso técnico na modalidade Educação a Distância (EAD), com o objetivo de ampliar o acesso à qualificação, de forma democrática e compatível com as realidades operacionais dos municípios.

Essa necessidade foi formalmente expressa por meio de documentos oficiais encaminhados ao IFMG - Campus Santa Luzia, conforme demonstram os ofícios: nº 327 da Prefeitura de São Gonçalo do Rio Abaixo - MG (Anexo A), nº 028 da Prefeitura Municipal de

Conceição do Mato Dentro - MG (Anexo B) e nº 087 da Prefeitura Municipal de Vespasiano - MG (Anexo C).

A oferta de cursos técnicos especializados na área de proteção e defesa civil no Brasil ainda é limitada. Há o registro de apenas um curso técnico, ofertado em instituição de ensino público, em funcionamento, pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Embora alguns Institutos Federais, tais como o IFPI, o IFF e o IFG, estejam iniciando projetos para implantação do curso técnico em Defesa Civil, por meio de parcerias entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, essas ações ainda se concentram em fases iniciais e em número reduzido de polos.

No contexto de Minas Gerais, até o momento, não há oferta pública formal do curso técnico em Defesa Civil. A única iniciativa identificada é de caráter privado, promovido pelo Centro Politécnico, Treinamento, Ensino e Pesquisa, localizado em Patos de Minas. Essa escassez restringe a formação de agentes que atuam diretamente na linha de frente da gestão de riscos no estado, especialmente em municípios de pequeno e médio porte, onde a estrutura institucional é mais carente de recursos humanos especializados. A lacuna formativa reafirma a urgência de ampliar a oferta educacional na área, de forma descentralizada e adaptada às especificidades territoriais.

Tais manifestações e evidências reforçam a existência de uma lacuna na formação de profissionais técnicos vinculados aos sistemas municipais de Proteção e Defesa Civil, ao mesmo tempo em que legitimam socialmente a proposta de expansão da oferta educacional no âmbito do IFMG. A criação do Curso Técnico em Proteção e Defesa Civil – EAD responde, portanto, a uma demanda concreta e alinhada às diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012), além de contemplar os princípios da inclusão, da interiorização do ensino e da promoção da resiliência comunitária.

Diante desse cenário, destaca-se a capacidade técnica e institucional do IFMG - Campus Santa Luzia, que dispõe de corpo docente e técnico qualificado e trajetória consolidada na oferta de cursos técnicos e de nível superior há mais de uma década, além de possuir experiência na oferta do curso de especialização na área de defesa civil. Cabe ressaltar a multidisciplinaridade e as interfaces da Defesa Civil com temáticas tais como Topografia, Hidrologia aplicada, Engenharia Ambiental, Geoprocessamento, Planejamento Urbano, Estudos Socioambientais, Gestão de Riscos, dentre outras, abordadas nos cursos em diversos níveis ofertados pelo IFMG campus Santa Luzia, em especial Pós-graduação em Proteção e Defesa Civil, Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Graduação em Engenharia Civil, Técnicos em Edificações e Técnico em Segurança do Trabalho.

A ampliação da oferta formativa, por meio da criação do Curso Técnico em Proteção e Defesa Civil – EAD, representa, portanto, não apenas uma resposta concreta à demanda social, mas também uma estratégia institucional para fortalecer o papel do campus no estado de Minas Gerais, promover a interiorização da educação pública e ampliar o acesso à formação de qualidade, contribuindo para o cumprimento das finalidades e objetivos dos Institutos Federais na promoção da integração e da verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

Nesse mesmo sentido, a criação do curso técnico em Defesa Civil apresenta-se como uma oportunidade de fortalecer a atuação da instituição, ampliando o número de estudantes atendidos e favorecendo um equilíbrio mais adequado na relação aluno-professor para o Campus Santa Luzia. Mais do que atender a um indicador institucional, essa expansão

representa o compromisso do campus em promover um ambiente acadêmico dinâmico, diverso e conectado às demandas da sociedade. Ao atrair novos públicos, o IFMG amplia seu papel social e reafirma sua missão de formar profissionais preparados para contribuir de forma efetiva com a comunidade.

2. Requisitos de acesso ao curso

Para ingressar no Curso Técnico em Defesa Civil do IFMG Campus Santa Luzia, o candidato deverá atender aos seguintes requisitos:

- 1 - Escolaridade: Ter concluído o Ensino Médio em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).
- 2 - Ser aprovado no processo seletivo ou outra forma de acesso. O ingresso no curso será realizado por meio de processo seletivo, conforme edital específico. O edital poderá prever diferentes formas de seleção, sorteio ou vagas remanescentes.
- 3- Apresentação dos documentos mínimos exigidos conforme edital ou secretaria no ato da matrícula.

3. Perfil profissional de conclusão dos egressos do curso

O egresso do Curso Técnico em Defesa Civil do IFMG Campus Santa Luzia desenvolverá uma formação integradora que une valores humanísticos, culturais, científicos, tecnológicos e técnicos, preparando-o para atuar de forma abrangente e inovadora na proteção e defesa das comunidades. Ao concluir o curso, o profissional estará apto a:

1 - Gerenciamento e Monitoramento de Riscos e Desastres

Gerenciar riscos e desastres de origem natural, social ou tecnológica, adotando uma abordagem sistêmica e integrada.

Realizar o monitoramento preventivo de desastres, incluindo a análise de mudanças climáticas, alertas de emergências e o uso de sistemas de informações geográficas.

Produzir alertas antecipados e implementar mecanismos de comunicação eficazes, garantindo a rápida disseminação de informações críticas em situações de risco.

2 - Planejamento, Coordenação e Mobilização Estratégica

Elabora e implementar planos de contingência e de mobilização comunitária, assegurando a ordenada resposta em situações adversas.

Planejar e conduzir reuniões de núcleos comunitários de proteção e defesa civil, orientando e capacitando as comunidades para a prevenção, preparação, resposta e recuperação durante eventos adversos.

Coordenar, de forma estratégica, a articulação entre secretarias, órgãos públicos, entidades privadas, ONGs e parceiros interinstitucionais (civis e militares), integrando esforços e promovendo a cooperação em níveis federal, estadual e municipal.

3 - Ações de Recuperação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável

Promover e coordenar ações de recuperação e reconstrução de comunidades e infraestruturas afetadas, contribuindo para o desenvolvimento de cidades resilientes e práticas sustentáveis de urbanização.

Contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas de redução dos riscos e de promoção da defesa civil.

Elaborar pareceres, relatórios, planos e projetos fundamentados em análises críticas e na investigação científica, possibilitando a tomada de decisões embasadas e eficazes.

4 - Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico

Realizar pesquisas, estudos e análises que identifiquem causas, elaborem hipóteses e proponham soluções inovadoras para os desafios da proteção e defesa civil.

Desenvolver competências técnicas e tecnológicas que favoreçam a inovação e a aplicação de soluções criativas no gerenciamento de riscos e desastres.

5 - Capacitação, Ética e Trabalho em Equipe

Oferecer e participar de processos de capacitação e treinamento para equipes e comunidades, disseminando conhecimentos e práticas eficazes de autoproteção e prevenção.

Agir com autonomia, ética e responsabilidade, exercendo a cidadania de forma crítica, inclusiva e sustentável, e promovendo o respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural.

Trabalhar em equipes multidisciplinares e interinstitucionais, integrando saberes e experiências para aprimorar continuamente as ações de proteção e defesa civil.

4. Organização curricular do curso

A organização curricular do Curso Técnico Subsequente em Defesa Civil foi pensada considerando os objetivos propostos, o perfil profissional do egresso e as práticas metodológicas já utilizadas pelos demais cursos do Campus e aplicadas por docentes que também lecionarão no curso técnico subsequente em Defesa Civil. Nesse sentido, a carga horária mínima para o cumprimento do curso, conforme estabelece o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, é de 800 (oitocentas) horas para as disciplinas técnicas. A matriz curricular proposta inclui os seguintes componentes curriculares:

DISCIPLINAS		Carga Horária (horas/aula)	Distribuição da Carga Horária		C.H. Semanal
			Ensino Teórico (EAD)	Prática Profissional	
				(presencial)	
1º SEMESTRE					
1º Bim	Introdução à Defesa Civil e normas gerais	45	45		3 h/a
	Gestão de riscos e desastres I	60	44	16	4 h/a
	Estatística aplicada	45	45		3 h/a
2º Bim	Informática aplicada à defesa civil	45	29	16	3 h/a
	Segurança do Trabalho	45	37	8	3 h/a
	Aspectos Ambientais e Sustentabilidade	30	22	8	3 h/a
SUBTOTAL		270	222	48	até 10 h
2º SEMESTRE					
1º Bim	Gestão de riscos e desastres II	60	44	16	4 h/a
	Georreferenciamento	60	44	16	4 h/a

	Saúde pública	30	30		2 h/a
2º Bim	Primeiros Socorros	30	22	8	2 h/a
	Mobilização Comunitária e Administrativa	45	37	8	3 h/a
	Monitoramento ambiental e ocupacional	45	29	16	3 h/a
SUBTOTAL		270	206	64	até 10 h
3º SEMESTRE					
1º Bim	Gestão de riscos e desastres III	60	44	16	4 h/a
	Proteção contra incêndio	45	37	8	3 h/a
	Vistoria técnica	45	37	8	2 h/a
2º Bim	Coordenação social em emergências e desastres	45	37	8	3 h/a
	Planejamento Estratégico e Coordenação Interinstitucional	30	22	8	2 h/a
	Optativa*	35	35		2 h/a
SUBTOTAL		260	212	48	até 10 h
*Optativa I - Tópicos especiais		30 h/a		-----	-----
*Optativa II - Gestão de projetos		30 h/a		-----	-----
*Optativa III - Libras		30 h/a		-----	-----
**Estágio supervisionado (opcional)		90		90	----
TOTAL		800	640	160	

As atividades práticas totalizarão um montante de 160 horas, equitativamente distribuídas entre os semestres e os bimestres. A realização das práticas ocorrerá, necessariamente, nas dependências do IFMG, inicialmente no campus Santa Luzia (de princípio, em atendimento às cidades da região metropolitana de Belo Horizonte) e, posteriormente, com a potencialidade de se estender a outros campi que possam assegurar o atendimento a diferentes regiões de atuação do instituto, como na região centro-oeste de Minas, no Vale do Aço e na região dos Inconfidentes.

5. Estágio

A Lei do Estágio (Lei nº 11.788/2008) estabelece as regras para a realização de estágios no Brasil, e descreve os requisitos gerais, direitos e deveres tanto para os estagiários quanto para as empresas concedentes.

A referida legislação apresenta como possibilidades a realização do estágio supervisionado obrigatório ou não-obrigatório. As Diretrizes Curriculares e do Projeto Pedagógico do Curso - PPC complementarão as regras definidas para as práticas de estágio por parte dos estudantes ingressantes no curso proposto.

No Curso Técnico subsequente em Defesa Civil é proposto o estágio facultativo. Para os estudantes que optarem por realizá-lo, este deverá ser realizado nos termos da Lei anteriormente citada, além da Resolução CNE/CEB nº 01, de 21 de janeiro de 2004, da Resolução PROEX/IFMG nº 38, de 14 de dezembro de 2020 e da Instrução Normativa nº 2, de 28 de janeiro de 2021, que dispõe sobre normas complementares à Resolução nº

38/2020, visando o aprendizado de competências inerentes à atividade profissional e à contextualização curricular, tendo como objetivos:

- I - possibilitar o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho;
- II - facilitar a futura inserção do estudante no mundo do trabalho;
- III - promover a articulação do IFMG com o mundo do trabalho;
- IV - proporcionar a adaptação social e psicológica do estudante à sua futura atividade profissional; e
- V - contribuir na avaliação do processo pedagógico de sua formação profissional. (IFMG, 2020).

A Resolução nº 38/2020 estabelece que o estágio tem, entre os seus objetivos, facilitar a futura inserção do estudante no mundo do trabalho e proporcionar a adaptação social e psicológica do estudante à sua futura atividade profissional. Para a realização do estágio, os estudantes deverão observar:

- Idade mínima de 16 anos completos na data de início do estágio;
- Carga horária mínima de 120 horas;
- Realização após a conclusão do 2º ano;
- Máximo de 6 horas diárias e 30 horas semanais.

Ainda que se trate de um estágio não obrigatório, haverá ainda orientação por um orientador de estágio do campus (docente) e um supervisor da empresa (profissional da área) que acompanharão o estudante nas questões relacionadas às atividades realizadas, além de avaliação realizada pelos supervisores e pelo próprio estagiário.

O estágio não obrigatório é uma atividade opcional para os estudantes, que não é exigida para a conclusão do curso. Todavia, ele serve para complementar a formação e proporcionar a prática profissional e propiciar o ingresso em atividades correlatas à área de formação. Por tal motivo propõe-se estabelecer a possibilidade de que o mesmo possa ser realizado em organizações (empresas) diversas, podendo ou não estar relacionadas com as prefeituras ou órgão públicos atrelados à defesa civil de algum município, desde que as atividades a serem exercidas se alinhem parcialmente ou completamente com os conteúdos previstos na matriz curricular do curso.

O aluno interessado em realizar estágio extracurricular poderá fazê-lo exclusivamente antes da conclusão do curso, tendo o limite máximo de realização de 18 meses.

6. Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores

O artigo 41 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/1996 estabelece que o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. Ainda nessa mesma direção, os parágrafos 1º e 3º do artigo 42-A tratam dos itinerários formativos no sentido de permitir o aproveitamento de estudos, experiências, certificações e conhecimentos adquiridos ao longo das trajetórias dos estudantes. Além disso, os catálogos nacionais de cursos técnicos e o de cursos superiores deverão orientar a organização dos cursos e itinerários como forma de garantir a equivalência para aproveitamento de estudos entre os níveis médio e superior.

Para fins de dispensa de disciplinas, poderá ser concedido ao discente o aproveitamento de conhecimentos adquiridos em experiências anteriores, formais ou informais, desde que estejam diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional. O discente interessado em requerer o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores deverá seguir os prazos previstos no calendário acadêmico do campus.

Falamos desta forma em verticalização. Essa implica no reconhecimento de itinerários formativos por meio de requisitos associados ao nível de escolaridade e que se articulam entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica (técnica, graduação e pós-graduação tecnológica, possibilitando o aproveitamento de estudos e reconhecimentos de saberes e competências dos estudantes. A verticalização proposta está baseada nos preceitos legais da educação brasileira e visa a valorização dos conhecimentos adquiridos pelos estudantes nos mesmos eixos tecnológicos e perfis profissionais. E é justamente o perfil do egresso o ponto fulcral neste processo. A verticalização entre dois cursos em uma mesma instituição, de um mesmo campus, geralmente com os mesmos professores não é uma simples operação de comparação entre disciplinas. É muito mais do que isso. É a busca da qualificação dos nossos cursos na medida em que centramos os esforços em um melhor entendimento dos perfis dos egressos dos cursos que, como sabemos, são baseados em competências.

Na construção do futuro Projeto Pedagógico do Curso - PPC de Técnico em Defesa Civil deverão ser citadas quais as possibilidades de verticalização do ensino com outros cursos ofertados no campus, como, por exemplo, Engenharia Civil. Deverá constar uma seção denominada Verticalização do Ensino com o seguinte texto:

Considerando as legislações vigentes de ensino, é possível aproveitar os conhecimentos, competências e habilidades dos estudantes no campo técnico e profissional. O Curso de Técnico em Defesa Civil oferece aos estudantes concluintes do Curso Técnico Integrado em Segurança do Trabalho e em Edificações de nível médio a oportunidade de demonstrar e comprovar suas competências, permitindo-lhes fazer apenas complementações necessárias ou eliminar a necessidade de cursar componentes curriculares cujas competências já tenham adquirido.

Essa abordagem, denominada Verticalização do Ensino, permite otimizar o tempo dos estudantes, possibilitando que se dediquem a outras atividades, como pesquisa e extensão. Além disso, conforme a disponibilidade de horários, os estudantes podem cursar outros componentes curriculares oferecidos, otimizando o tempo para conclusão do curso.

Os estudantes que concluíram o curso técnico integrado em Segurança do Trabalho e em Edificações ofertados pelo IFMG-Campus Santa Luzia e estão interessados no aproveitamento de competências através do processo de Verticalização devem seguir o seguinte fluxo:

I - Do Requerimento e Documentação:

1. Preenchimento do requerimento online junto ao Registro e Controle Acadêmico do campus.
2. Envio da documentação que comprove as competências e saberes a serem analisados para fins de verticalização.

2.1. Essa documentação deverá incluir:

- a. Histórico escolar contendo média global;

- b. Comprovantes de trabalhos profissionais realizados;
- c. Outros comprovantes pertinentes, tais como: comprovantes de participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão, participação em programas de monitoria e de estágio, participação em olimpíadas de conhecimento.

II - Das Análises e Resultado:

1. O Registro e Controle Acadêmico do campus encaminha o requerimento e a documentação para a Coordenação do Curso Técnico em Defesa Civil para análise.
2. O Coordenador de Curso convoca o requerente para uma entrevista.
3. O Coordenador de Curso emite um parecer comunicando o resultado ao requerente.
4. O requerente terá 48 horas para apresentar recurso.
5. Caso necessário, o NDE (Núcleo Docente Estruturante) ou Colegiado poderá ser convocado para emitir um parecer final.
6. Após o resultado e esgotado o prazo para recurso, o Coordenador do Curso Técnico em Defesa Civil encaminha o resultado ao Registro e Controle Acadêmico, que deverá lançá-lo no sistema acadêmico.

7. Critérios de avaliação da aprendizagem aplicados aos alunos do curso

A avaliação do desempenho discente será contínua e cumulativa, priorizando aspectos qualitativos sobre os quantitativos e considerando os resultados ao longo do período letivo em detrimento de eventuais provas finais.

Durante a etapa, deverão ser aplicados, no mínimo, dois tipos distintos de avaliações, tais como:

- Provas (dissertativas, objetivas, orais ou práticas);
- Trabalhos (individuais ou em grupo);
- Debates, relatórios, sínteses ou análises;
- Seminários;
- Relatório de visitas técnicas com roteiro prévio;
- Atividades relacionadas às participações semanais das aulas em Ead;
- Participação em atividades propostas em sala de aula virtual, entre outros.

O discente que perder avaliações poderá solicitar segunda chamada no prazo de 2 (dois) dias úteis após o impedimento, mediante apresentação de atestado médico ou documento comprobatório. O colegiado do curso definirá os critérios para análise das solicitações.

Será considerado aprovado o discente que satisfizer as seguintes condições mínimas:

- I. 75% (setenta e cinco por cento) de frequência da carga horária da disciplina cursada;
- II. rendimento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) na disciplina cursada.

A contabilização da frequência nas atividades a distância, será estabelecida de acordo com o cumprimento do conjunto de atividades e avaliações propostas no AVA. Será considerado reprovado na disciplina cursada o discente que obtiver frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária daquela disciplina ou que possuir rendimento inferior a 60% (sessenta por cento), após recuperação final, na mesma.

8. Infraestrutura, instalações e equipamentos disponíveis

No que se refere ao espaço físico, o campus Santa Luzia do IFMG conta atualmente com três edifícios (blocos A, B e C), um anexo (biblioteca), uma quadra poliesportiva coberta e duas áreas cobertas, adjacentes aos blocos A e B. Tais edifícios totalizam uma área bruta equivalente a 5.153,72m². Além disso, em um futuro próximo, um novo bloco didático será disponibilizado que irá ampliar a capacidade do campus.

A biblioteca institucional conta com acervo físico ou virtual específico e atualizado para as demandas de cada uma das disciplinas previstas na matriz curricular proposta.

Com relação aos laboratórios, estão disponíveis dois laboratórios de informática, o primeiro com área equivalente a 45,16 m² e instalação de 21 computadores, e o segundo com 182,85 m² e 42 computadores instalados. Ambos possuem, ainda, um total de 63 estações de trabalho individuais (42 situadas no laboratório 01 e 21 no laboratório 02). Os computadores desses espaços são atualmente equipados com softwares de desenho assistido por computador (Autocad), modelagem informacional da construção (Revit), geoprocessamento (Quantum GIS), textos, planilhas e apresentações (pacotes Office e Libre Office). O uso dos laboratórios de informática no curso de defesa civil envolve atividades de simulação e cenários de risco, além de técnicas para o gerenciamento de desastres.

Em relação aos laboratórios específicos, estão disponibilizados três laboratórios principais: Ergonomia e Segurança, Estruturas e Materiais, Análises Ambientais. Cada um dos laboratórios absorvem alguns dos procedimentos práticos previstos no CNCT, a saber:

O Laboratório de Ergonomia e Segurança envolve atividades relacionadas ao suporte básico à vida e práticas de proteção contra incêndio. Entre os equipamentos existentes neste laboratório, os principais são: equipamentos de medição como termo-higro-anemômetros, luxímetros, decibelímetros, medidor de vibração, dosímetro de ruído, termômetro IBUTG. Há a previsão de incrementos com equipamentos de combate à incêndio e de primeiros socorros.

O Laboratório de Estruturas e Materiais absorve as atividades relacionadas à topografia. Dentre os equipamentos existentes neste laboratório, os principais são: Máquina Universal Eletrônica Digital Hidráulica; Betoneiras; Bomba de vácuo com compressor; Destilador de Água; Agitador de peneiras; Microscópio; Impressoras 3D; Estufa de secagem e esterilização; Mesa vibratória; Equipamentos de topografia como estações totais e teodolitos; Ferramentas e equipamentos diversos.

O Laboratório de Análises Ambientais inclui atividades para Monitoramento Ambiental, além de servir de suporte para cenários de riscos. Dentre os equipamentos existentes neste laboratório, os principais são: Micro moinho tipo Wiley; Câmara asséptica UV; Centrífuga; Mesa agitadora orbital; Fotômetro Multiparâmetro e Medidor de pH; Espectrofotômetro; Capela de exaustão de gases; Bloco digestor; Jar test 6 provas; Autoclave vertical analógica gravitacional; Incubadora; Câmara de germinação; Ferramental e vidrarias diversas.

O campus conta, também, com uma sala de Comunicação e EAD, que fornece um ambiente profissional para a produção de recursos audiovisuais para as mais diversas finalidades e que podem ser explorados de várias formas, especialmente na elaboração de materiais didáticos. O espaço cumpre um papel essencial na oferta de cursos, disciplinas e atividades a distância, de forma que o uso deste espaço, bem como de seus equipamentos e recursos humanos, é destinado prioritariamente às atividades relacionadas à EaD e à comunicação institucional do campus, incluindo a produção de programas de divulgação institucional, gravação de videoaulas, além da comunicação interna e externa.

9. Pessoal docente e técnico envolvido no curso

A equipe de condução do curso será integrada, inicialmente, a partir do grupo de profissionais que desempenham suas atividades no campus Santa Luzia com a distribuição a ser definida.

Nome	Formação	Função	Regime de Trabalho
a definir	Eng. de Segurança	Professor	40 D.E.
a definir	Eng. de Segurança	Professor	40 D.E.
a definir	Eng. de Segurança	Professor	40 D.E.
a definir	Arquitetura / Eng. Civil	Professor	40 D.E.
a definir	Arquitetura / Eng. Civil	Professor	40 D.E.
a definir	Eng. Civil	Professor	40 D.E.
a definir	Sociologia / Filosofia	Professor	40 D.E.
a definir	Educação física	Professor	40 D.E.
a definir	Geografia	Professor	40 D.E.
a definir	Matemática	Professor	40 D.E.

10. Certificados e diplomas

Ao final do curso o discente, havendo cumprido todas os componentes curriculares e a carga horária mínima estipulada, obterá a certificação de Técnico de nível médio em Defesa Civil.

O discente que não concluir todos os requisitos obrigatórios para certificação final poderá requerer, junto à secretaria acadêmica, a declaração das disciplinas cursadas.

ANEXOS